

Identidade social e sexualidade: abordagem da construção sócio-cultural e educação sexual de mulheres em prostituição

Social identity and sexuality: approach to socio-cultural construction and sexual education of women in prostitution

Aroldo Vieira de Moraes Filho*
Zilmar Gonçalves Santos**

Resumo: O comportamento sexual modifica-se entre culturas e até na mesma cultura e, portanto, relaciona-se diretamente com a identidade social que pode ser permeada pela opressão por diversos fatores, como: educação, raça, gênero, classe social, localização geográfica, dentre outros. Neste estudo, buscou-se, por meio de uma pesquisa de campo, realizada com a aplicação de questionários para 20 mulheres em prostituição em Goiânia e Aparecida de Goiânia-GO, que envolviam questões como sexualidade, educação sexual, nível de escolarização e identidade social, com o propósito de analisar o processo de construção da identidade social dessas pessoas. Nota-se que a prostituição está imersa na marginalidade e, conseqüentemente, sujeita aos problemas característicos da vulnerabilidade social e, por isso, é necessária a ação do Estado para proteção dessas mulheres por meio de políticas públicas para que busquem o empoderamento e o fortalecimento da luta por direitos.

Palavras-chave: Construção identitária. Pessoas em prostituição. Sexualidade. Contexto social. Educação sexual.

Abstract: Sexual behavior changes between cultures and even within the same culture and, therefore, is directly related to social identity, which can be permeated by oppression due to several factors, such as: education, race, gender, social class, geographic location, among others. This study sought through field research, carried out with the application of questionnaires to 20 women engaged in prostitution in Goiânia and Aparecida de Goiânia-GO,

*Doutor e Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Goiás(UFG). Graduado em Pedagogia pela Faculdade Ibra de Brasília e Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás. Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) Professor Adjunto no Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). E-mail: aroldodemoraes@gmail.com.

**Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Educação pela Universidade de Itaúna. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professora efetiva da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. E-mail: zilmar.santos@unimontes.br.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

which involved issues such as sexuality, sexual education, level of education and social identity, with the purpose of analyzing the process of constructing the social identity of these people. It is noted that prostitution is immersed in marginality and, consequently, subject to problems characteristic of social vulnerability and, therefore, State action is necessary to protect these women through public policies so that they seek empowerment and strengthening their fight for rights.

Keywords: Identity construction. People in prostitution. Sexuality. Social context. Sex education.

Recebido em: 07/10/2024. Aceito em 21/07/2026.

INTRODUÇÃO

As identidades sociais são compartilhadas por pessoas que ocupam posições semelhantes, que têm pertencas comuns, pois a ideia de identidade social está associada ao polo de semelhança uma vez que o sentimento de pertença, o reconhecimento pelo outro são significativos na constituição da identidade social. Dessa forma, o reconhecimento é nuclear no processo de construção identitária, pois na identidade social haverá reconhecimento de semelhanças com os indivíduos do grupo de pertença e de diferença com os membros de outros grupos, ou seja, o processo de socialização constrói a identidade social (Takahashi; Lorencini Júnior, 2019).

De acordo com Takahashi; Lorencini Júnior, (2019, p. 1104): “as definições de identidade social que relacionam a importância das pertencas sociais na demarcação do indivíduo e de identidade pessoal para a relevância do particular e do idiossincrático”. Nessa vertente, a sexualidade é essencial para a existência, portanto, é importante na vida do ser humano, é um bem imaterial, diretamente relacionado com a essência do indivíduo. No entanto, é um assunto complexo, uma vez que a temática é perpassada por visões preconceituosas e o tema acaba por ser tratado com discurso repressivo e punitivo por haver um equívoco que associa sexualidade apenas às relações sexuais, mas a sexualidade é muito além, ela é importante dimensão da vida humana (Rudnicki e Proença, 2020). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS): “a sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida” (OMS, 2002, p.5).

No entanto, quando se trata da sexualidade como prática sexual comercializada, ou seja, como prostituição, para Osoegawa (2024), toca-se em um assunto complexo e multifacetado, uma vez que inclui visões de mundo e princípios morais e religiosos, além dos estigmas relacionados à sexualidade e das implicações jurídicas, pois apesar de não ser criminalizada, está associada à visão negativa e, por isso, as profissionais do sexo são fortemente discriminadas pela sociedade e vistas como transgressoras de regras e de normas sociais.

A partir disso, surge a necessidade de entender a sexualidade de maneira multidisciplinar, ou seja, sem restringir apenas ao biológico, apesar da sexualidade contribuir e favorecer com o bem estar mental e psíquico, uma vez que o sexo contribui para o bem-estar e a satisfação, é relevante considerar a evolução das definições e comportamento sexuais dos indivíduos, por

isso, ressalta-se que as análises teóricas precisam fazer a interseção entre estudos culturais, gênero, sexualidade, educação e cibercultura, por exemplo. Neste sentido, os estudos culturais são apresentados como fundamentais para compreender a produção de significados na sociedade contemporânea, especialmente em relação a gênero e sexualidade (Rudnicki e Proença, 2020; Silva Filho e Bassalo, 2024).

Assim como aprendemos português, desde o alfabeto, também temos uma alfabetização emocional e sexual; que fica registrada no cérebro mesmo que a gente não lembre, mas teremos as sensações (linguagem emocional e sexual) dos sentimentos e da sexualidade. Portanto, a sexualidade interfere diretamente na identidade social, visto que trata-se de um processo biopsi-cossocial, ou seja, para Picolo (2024, pág. 38): “a sexualidade em seus caracteres social, histórico e político, engloba rituais, linguagens, fantasia e representações que se manifestam em toda a vida, de variadas formas e de acordo com o cenário histórico-social”, portanto, a sexualidade engloba uma dimensão mais holística e não apenas essencialista da pessoa (Picolo, 2024).

Assim, nota-se que o meio social e a história de vida ora interferem e ora são influenciados pela sexualidade da pessoa, por isso, ela tem significados distintos e singulares, traduzida pelo estilo de vida e costumes. Segundo, ainda, Heilborn, Cabral e Bozon (2006): “o lugar que a sexualidade ocupa na construção da identidade dos sujeitos não é o mesmo; certos indicadores podem ser elucidativos para apontar determinados traços que aludem a *ethos* específicos” (p. 210).

De acordo com Feliciano (2023, p. 1), a identidade social pode ser tão contagiada pela sexualidade que, por exemplo, a identidade travesti foi diretamente afetada por processos coloniais “que difundiram, nas práticas diárias, atos de violência, que fizeram com que esses corpos, ainda hoje, sejam criminalizados, violentados, marginalizados.” Essa visão corrobora com as mesmas questões enfrentadas por mulheres cisgênero em prostituição, visto que, segundo Osoegawa (2024) a prostituição para algumas pessoas é vista como resultado de exploração sexual de mulheres, portanto, uma lógica capitalista constituída como consequência de instituição de supremacia masculina. Porém, para alguns estudiosos, a prostituição deve ser vista apenas como um trabalho precário e informal, para mulheres cisgênero, maiores de idade, que buscam por melhores condições de vida (Bonomi, 2019). Então, “a importância de classificar a prostituição como profissão está relacionada aos debates que a consideram como um termo guarda-chuva que engloba todos os serviços sexuais” (Osoegawa, 2024, pág. 15).

Por conseguinte, diversos atributos depreciativos são imputados sobre a prostituição e os sujeitos que exercem a atividade sexual, haja vista que eles não atendem as normas sociais e são essas conjunturas normativas que classificam os indivíduos em categorias sociais, a partir disso, e com base nas categorias e nas expectativas geradas pelos processos de categorização que os indivíduos que não atendem as normas sociais da categoria que foram inseridos são considerados “estranhos, fora do comum e reduzidos” (Pires e Serejo, 2024, p.8).

Dessa forma, a identidade social pode ser permeada pela opressão por diversos fatores, como: raça, gênero, classe social, localização geográfica, dentre outros. O contexto social faz com que “pessoas marginalizadas” se organizem coletivamente em busca de melhorias por meio de políticas públicas, que permitam que lutem por cidadania, efetivação de direitos sociais, políticas afirmativas para diminuir violências e opressões, além de fortalecer o processo de ressignificação da identidade social (Feliciano, 2023).

É com base nos critérios morais e socioculturais que as prostitutas são inferiorizadas e marginalizadas, já que não seguem as normas sociais da sexualidade, da família e dos valores moralmente estabelecidos. Por outro lado, as prostitutas são vistas como vítimas dos fatores

socioeconômicos e da falta de estrutura familiar, sendo assim empurradas pela sociedade para a marginalização social. Dessa forma, a pessoa em situação de prostituição é duplamente estigmatizada, ora como vítimas da sociedade, ora como contrárias aos princípios moralistas.

Diante destes pressupostos, o objetivo deste artigo é analisar como o contexto social das mulheres em prostituição interfere/afeta na construção da identidade social.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE: 77953224.6.0000.5146).

Do ponto de vista de sua natureza, a pesquisa é classificada como básica e aplicada. Básica por objetivar gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência; e aplicada por objetivar gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

Do ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa *exploratória* – descritiva. *Exploratória* por ter como finalidade proporcionar informações sobre o assunto investigado, possibilitando delimitar o tema da pesquisa com novo enfoque sobre o assunto. E *descritiva* por se realizar um levantamento com a aplicação de questionários, para observar características, frequência que os fatos surgiram e possíveis relações entre estes. Também, foi incluído levantamento socioeconômico e sociais para relacionar as condições de vida dessas pessoas com o processo de escolarização e a construção da sua identidade social e como a sexualidade interfere nessa relação.

Foram aplicados questionários para 20 mulheres em prostituição nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia-GO no intuito de coletar dados sobre a percepção dessas mulheres sobre questões como sexualidade, educação sexual, nível de escolarização e identidade social, com o propósito de analisar o processo de construção da identidade social dessas pessoas. Os questionários foram aplicados nos locais de trabalho das participantes, após a explicação de que a participação na pesquisa seria voluntária e que a participante podia pedir para parar de responder a pesquisa a qualquer momento.

Do ponto de vista da abordagem metodológica a pesquisa é *quali-quantitativa* ao levantar variáveis, opiniões do grupo estudado sobre a temática e ao analisar o levantamento socioeconômico e sociais; em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos. Na abordagem qualitativa, não há preocupação com resultados quantitativos, mas com a análise do processo e está correlacionada a pesquisa descritiva. Logo, esta pesquisa caracteriza-se como básica, aplicada; quantitativa, qualitativa e de levantamento de dados.

Os dados coletados foram analisados descritivamente e as respostas foram categorizadas de acordo com a similaridade para análise e compreensão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sexualidade representa a interação de vários elementos (sexo, identidade, gênero, orientação sexual, erotismos, prazer, intimidade, reprodução, entre outros), por isso ela exerce papel tão relevante na vida do ser humano. Essa sexualidade pode ser expressa e experimentada de várias maneiras, por meio dos pensamentos, atitudes, comportamentos e relacionamentos (WHO, 2018; Aguiar, Leal, Marques, 2020). Por isso, estudar as diversas vertentes da sexualidade

é relevante para elaboração de políticas públicas para pessoas em situação de vulnerabilidade sexual, visto que, a mesma pode interferir em diversos elementos da vida do ser humano.

Após assinarem o TCLE, responderam ao questionário 20 mulheres que trabalham com prostituição. As participantes da pesquisa tinham entre 21 e 40 anos, mas começaram a trabalhar com prostituição entre 15 e 40 anos, apresentadas por amigas(os), apenas uma conheceu por meio de um site da internet. Quando indagadas sobre cor/raça 13 se consideram parda, 4 brancas e 3 pretas. Em relação ao estado civil, 17 são solteiras, 2 casadas e 1 divorciada. Todas se identificam como cisgênero, das quais 13 se consideram heterossexuais, 4 bissexuais e 1 homossexual. Neste estudo, observou-se que das 20 participantes, 16 são negras, considerando as junções pretas e pardas. Fato que revela como a população negra é mais marginalizada. Em relação ao estado civil, a maioria das mulheres é solteira. As entrevistadas em sua maioria se identificam como heterossexuais.

Das 20 participantes, 13 moram com a família (filha(o), tio, irmã(ão), esposa(o), mãe) e 7 não moram com a família porque são de outros Estados, uma afirmou que saiu de casa muito nova ou apenas por preferir morar sozinha mesmo. Apenas 4 delas nasceram em Goiás e 16 são de outros Estados, como Pará, Rondônia, São Paulo, Piauí, Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Distrito Federal. Um fato que pode justificar a questão da maioria morar longe da família é que de acordo com Vieira e Costa (2024b) vários estudos sobre a prostituição abordam a necessidade por parte de mulheres, de ocultar essa prática, buscando assim, proteger suas famílias, especialmente seus filhos, dos olhares preconceituosos e do estigma social associado à prostituição.

Segundo Picolo (2024, p. 38): “a sexualidade em seus caracteres social, histórico e político, engloba rituais, linguagens, fantasia e representações que se manifestam em toda a vida, de variadas formas e de acordo com o cenário histórico-social”. Conforme constatado nos dados levantados, algumas entrevistadas começaram a trabalhar com prostituição desde os 15 anos. Sabe-se que, são nos primeiros anos da juventude que ocorrem as primeiras vivências e experimentações da sexualidade ainda em caráter libidinal, porém, são experiências que fazem parte da transformação biopsicossocial do sujeito e estabelecem padrões de comportamentos que o indivíduo pode repetir por toda a vida; quando a iniciação destas experiências ocorre sem orientação prévia de um adulto ou responsável, esse processo pode ser construído de forma negativa e desvirtuada, visto que, caso a orientação ocorresse, poderia possibilitar condições para que o jovem pudesse escolher de forma mais consciente, responsável e segura suas práticas sobre sexualidade (Picolo, 2024).

Segundo Ribeiro, Borges e Marques (2024), muitas pessoas que se dedicam à prostituição o fazem devido à falta de opções de emprego ou por necessidades financeiras imediatas. Outras, no entanto, optam por essa atividade por escolha pessoal, embora essa decisão possa ser influenciada por fatores como a escassez de alternativas de trabalho ou pressões sociais e econômicas. Conforme os dados levantados, observa-se que a prostituição é a principal fonte de renda das entrevistadas. Apresenta-se na Tabela 1, o rendimento mensal com trabalho formal e o rendimento com a prostituição.

Tabela 1: Fontes de Renda

Número de participantes		
Rendimento mensal (R\$)	Apenas com o trabalho formal	Apenas com a prostituição
2 a 6 mil	14	11
7 a 11 mil	3	6
12 a 15 mil	3	3
Total de participantes	20	20

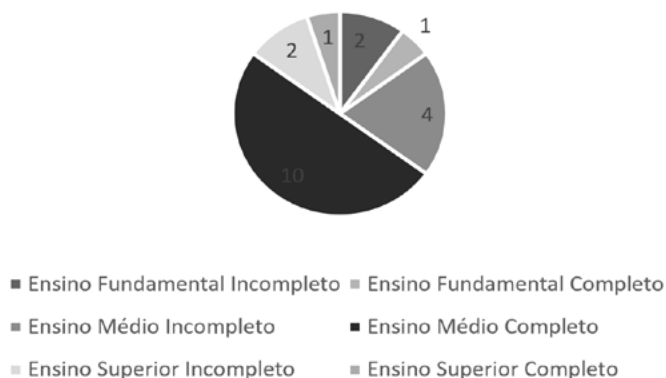
Fonte: próprio autor, 2024

Das 20 participantes, apenas 6 exercem outra profissão, sendo elas: costureira, maqueadora, tosadora, promotora de eventos, estagiária e profissional do bronzeamento natural, com remunerações entre 500,00 e 3.000,00 reais. Em um estudo realizado por Vieira e Costa (2024), algumas pessoas em situação de prostituição afirmaram exercer a profissão por falta de renda, uma vez que tinham como motivação a indicação de amigos praticantes do ofício que asseguravam a informação de uma boa renda e dinheiro “rápido”, mas não fácil. Os autores concluíram que pensar no lugar de fala da pessoa em situação de prostituição é crucial para que possam fazer uso dos seus direitos cívicos, exercer sua cidadania plena e ter acesso ao mercado de trabalho formal. Para tanto, segundo os autores, faz-se necessária a criação de políticas públicas voltadas à educação dos profissionais do sexo, garantindo-lhes o acesso e a permanência à/na educação, haja vista que sem a educação, dificilmente essas pessoas terão oportunidades e acesso ao trabalho formal.

No Gráfico 1 está o número de participantes em cada nível de escolarização.

Gráfico 1: Nível de escolarização das participantes da pesquisa

Número de participantes em cada nível de escolarização



Fonte: próprio autor, 2024

Apenas 3 participantes da pesquisa ainda estudam e as outras 17, pararam de estudar entre os 13 e 23 anos. No entanto, 15 delas acreditam que se tivessem mais oportunidades de estudo, estariam em outras profissões, visto que as participantes disseram que: “faria Faculdade; comecei nessa vida por dificuldades, mas fiquei por vontade própria porque não tenho outra profissão;

Falta de oportunidade de trabalho sem estudo; e, estou cursando o Ensino Superior para sair dessa vida.”

Nota-se que poucas participantes tiveram acesso ao Ensino Superior, dados que corroboram com Vieira e Costa (2024) p. 6) ao estudar pessoas em prostituição, constataram que os participantes da pesquisa são privados de ter acesso à universidade por diversos motivos, dentre eles, ausência de renda para o financiamento de um curso superior, por exemplo. Os autores ressaltam ainda que: “é preciso (re)pensar sobre a relação entre prostituição e educação, uma vez que esta aparece como fator essencial para estimular processos organizativos em prol de ações de (re)existência. (Idem, p.6)”

Somente 13 respondentes afirmaram ter estudado educação sexual na escola: 10 estudaram no Ensino Fundamental, 1 no Ensino Médio e 2 não lembram em que série estudaram. Das 13 que afirmaram ter estudado Educação Sexual, 2 estudaram na disciplina de Ciências, 1 na disciplina de Biologia e 10 não lembram em qual série estudaram o tema. Foram citados como assuntos estudados: Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), métodos contraceptivos e fertilidade, mas 10 participantes não lembram os assuntos abordados na escola.

A educação sexual deve iniciar desde cedo, da mesma forma que inicia-se as crenças religiosas da família, os princípios familiares e de convivência social, a alfabetização da língua. A educação sexual deve ser realizada no mesmo momento que iniciamos a construção do caráter da criança, por isso, torna-se necessário que ela faça parte do processo de escolarização da criança (Spaziani; Maia, 2015). Como as participantes da pesquisa citaram, elas ouviram falar pontualmente sobre educação sexual, demonstrando que os conteúdos não fizeram parte de todo o processo de escolarização das mesmas, fato que pode influenciar na profissão que exercem, mas para afirmar tal premissa, necessita-se de mais estudos relacionando as temáticas visto que “na sociedade contemporânea, é perceptível uma escassez de literatura sobre a relação entre educação e prostituição” (Vieira; Costa, 2024, p. 3).

As participantes da pesquisa relataram que no dia a dia, elas tem o hábito de: a maioria relata ficar mais em casa e sair apenas para a prostituição, algumas relatam fazer academia, uma leva a filha para a escola e depois vai para o trabalho, outra relata ainda ir para o trabalho formal, casa e prostituição e uma faz estágio três vezes na semana, cursa o Ensino Superior pela manhã e nos demais horários trabalha com prostituição.

Quando indagadas sobre como as pessoas do seu convívio enxergam o trabalho com prostituição, as respostas estão apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2: Como as pessoas do seu convívio enxergam a profissão com prostituição?

Categorias de respostas	Familiares	Convívio social (amigos, vizinhos...)
Não sabem	11	11
Sabem, mas não criticam	3	0
Com preconceito	5	7
Normalmente	1	2

Fonte: próprio autor, 2024

Duas delas citaram que os familiares enxergam a profissão como crime, inclusive 15 das participantes responderam que as temáticas sobre sexualidade nunca são abordadas na família e apenas 5 afirmaram conversar normalmente com os familiares sobre esta temática. Já entre as demais pessoas do seu convívio social, 6 afirmaram conversar normalmente, 4 conversam muito, 2 conversam moderadamente e 8 nunca conversam sobre as questões que envolvem sexualidade com outras pessoas. Porém, entre as pessoas que elas mais conversam sobre sexualidade foram citadas: amigas(os) por 13 delas, 1 citou a esposa, 4 a mãe e 2 citaram ninguém, sendo os assuntos mais abordados: “métodos contraceptivos, tudo, os clientes, as práticas sexuais.” Em um estudo realizado por Vieira e Costa (2024b) com base em entrevista semiestruturada a uma prostituta, ela relatou que deve esconder sua vivência na prostituição para resguardar sua família e a si mesma de olhares preconceituosos e de atitudes discriminatórias, uma vez que a prostituta não tem liberdade de circulação na sociedade.

Um exemplo disto é que das respondentes, 9 afirmaram que já sofreram discriminação por causa da profissão, como por exemplo: “xingamentos de pessoas passando, curtição, humilhação, discriminação, um ex namorado que descobriu, em restaurantes, tratada como usuária de drogas.” E todas elas citaram algumas dificuldades diárias do trabalho com prostituição, como: “contas para pagar, cansaço, risco de estupro, fome, sede, sol quente, chuva, riscos de doenças e de violência, exposição, ficar com quem não gosta, pelo fato de ser bonita perguntam o motivo de trabalhar com prostituição com frequência.” Por elas, a profissão é vista como: “trabalho, dinheiro, renda fácil e rápida, necessidade, meio de sobrevivência, humilhação, sofrimento ou prazer.” Já o corpo para elas significa: “minha propriedade, gosto e cuidado, tudo, só não queria ter que usar para ganhar dinheiro, bom, templo, objeto de trabalho, muito importante, minha preciosidade, meu corpo e minhas regras ou amor.” No entanto, as participantes da pesquisa afirmam atender todos os públicos (7), somente homens (8), homens e mulheres(2) e apenas senhores casados(3).

As vestimentas e a estética de uma profissional do sexo de classe baixa são frequentemente alvo de estereótipos de vulgaridade, reduzindo essas mulheres a objetos sexuais. Isso as torna mais vulneráveis a diversos tipos de violência, abuso e exploração, além de promover a desumanização de seus corpos e a invisibilização daqueles que não correspondem ao estereótipo da prostituição. Para serem vistas como “mulheres respeitáveis”, muitas acabam se submetendo a um processo de adestramento corporal e cultural, o que se torna um passaporte para a visibilidade social. Esse processo envolve a contenção de seus gestos e hábitos anteriores para que possam se adequar às expectativas de uma mulher moralmente aceitável, o que também pode ser interpretado como uma forma de violência. Esse cenário ilustra bem a realidade brasileira (Martins; Benzoni, 2024).

O vocabulário relacionado à prostituição é repleto de conotações sociais e culturais que podem reforçar estigmas ou, por outro lado, promover uma visão mais humanizada das trabalhadoras

do sexo. Termos como “prostituta” e “garota de programa” têm conotações distintas e são usados de maneiras variadas conforme o contexto. A utilização de expressões pejorativas como “puta”, “piriguite” ou “vagabunda” perpetua a marginalização e o preconceito contra essas mulheres, refletindo a moralidade social predominante que tende a condenar a prostituição (Pereira e Silveira, 2024).

Quando questionadas se recebem apoio de alguma instituição, todas elas afirmaram que não e elas citaram como pessoas que preocupam e cuidam delas: filhos, pais, esposo, irmãos, avó, família toda, ex esposa, uma amiga, eu mesma ou ninguém.” Os cuidados considerados vão desde apoio financeiro, questões relacionadas à saúde ou questões diversas.

As mulheres que exercem a prostituição, desafiando os preceitos morais da sexualidade vinculados à reprodução e ao casamento, e que transformam a experiência sexual em uma atividade remunerada, enfrentam penalidades sociais, como a exclusão (Martins; Benzoni, 2024).

Entre as perspectivas para o futuro, as participantes pretendem: “parar com a prostituição e me envolver em atividades diversas (empresária, casamento, filhos, juntar dinheiro, terminar a faculdade, ter outra profissão)”. Estes dados corroboram com Jesus et al. (2024), no qual as entrevistadas demonstraram que entraram na prostituição para subsistência, mas que grande parte das entrevistadas viam a prostituição como profissão transitória.

Nota-se que a identificação de emoções e sentimentos em relação a um lugar específico e às suas características, pode gerar um vínculo indivíduo-comunidade, fato que caracteriza a identidade a um lugar que tenta compreender como as identidades individuais e coletivas são formadas, visto que o ambiente físico ajuda a definir o “eu”, uma vez que as memórias, idéias, sentimentos, atitudes, valores, preferências e significados fazem parte dessas cognições (Sampaio, 2023).

A prostituição é considerada ilegal em muitos países, enquanto em outros é legalizada. Alguns países optam por legalizar a atividade com o objetivo de regulamentá-la e proteger as pessoas envolvidas, enquanto outros a proíbem devido a preocupações com a saúde pública, moralidade ou direitos das mulheres e de outras populações marginalizadas (Ribeiro, Borges e Marques, 2024). Por isso, é importante dialogar sobre prostituição e educação para tirar o véu do preconceito, desconhecimento, tabus, e inverdades a respeito da sexualidade por meio da educação sexual.

CONCLUSÃO

Neste estudo aponta-se que a prostituição está imersa na marginalidade e, consequentemente, sujeita aos problemas característicos da vulnerabilidade social e, por isso, é necessária a ação do Estado para proteção dessas mulheres por meio de políticas públicas para que busquem o empoderamento e o fortalecimento da luta por direitos.

Observou-se ainda, que as mulheres em prostituição não tiveram acesso à educação, direito social garantido pela Constituição Brasileira que foi negado a essas pessoas. Fato que ocasionou na dificuldade de acesso ao trabalho formal, gerando assim a marginalização socioeconômica, fazendo com que essas mulheres buscassem a prostituição para a subsistência.

A discriminação social sobre a prostituição faz com que as mulheres que estão imersas nessa profissão escondam a sua identificação com essa atividade profissional. Para serem aceitas socialmente, elas não se identificam com a profissão em função dos preconceitos e marginalização social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. B.; LEAL, M. C. C.; MARQUES, A. P. O. Conhecimento e atitudes sobre sexualidade em pessoas idosas com HIV. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 6, p. 1977-1987, 2020.

BONOMI, Carolina. **Mulher da vida, é preciso falar: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1639274>. Acesso em: 09 set. 2024.

FELICIANO, K. O. Orgulho de ser travesti: a resignificação da identidade social travesti como estratégia de resistência. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 7, n. 16, p. 120-137, 2023.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S.; BOZON, M. Valores sobre sexualidade e elenco de práticas: tensões entre modernização diferencial e lógicas tradicionais. In: HEILBORN, M. L. (org.) et al. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. p. 101-124.

JESUS, V. S. S.; PALUCH, I. B.; SILVA, E. R.; BORGES-PALUCH, L. R. Vulnerabilidades das mulheres profissionais do sexo. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 16, n. 1, p. 242-253, 2024.

MARTINS, D. C.; BENZONI, S. A. G. Identidade corporal na prostituição. **PROMETEICA: Revista de Filosofia e Ciências**, v. 29, p. 320-334, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Growing in confidence: programming for adolescent health and development: lessons from eight countries**. Genebra: Department of Child and Adolescent Health and Development World Health Organization, 2002.

OSOEGAWA, G. M. **Comunicação comunitária nas redes sociais digitais: análise do perfil da associação das prostitutas da Paraíba no Instagram**. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Públicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. 35 f.

PEREIRA, G. M.; SILVEIRA, T. S. Léxico e imaginário social: análise das denominações atribuídas à prostituta no estado do Maranhão. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 18, n. 39, 2024.

PICOLO, G. S. **Educação integral em sexualidade na escola: concepções de professores/as e gestores/as da rede pública e privada de ensino médio**. 287 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2024. Orientadora: Célia Regina Rossi.

PIRES, N.; SEREJO, J. A. M. Movimento, ação e “putaria”: a construção da identidade coletiva e a luta pelo combate aos estigmas relacionados às profissionais do sexo no Brasil. **Cadernos UNDB – Estudos Jurídicos Interdisciplinares**, v. 7, n. 1, 2024.

RIBEIRO, A. C. P.; BORGES, P. P.; MARQUES, H. R. A romantização da prostituição na era digital. **LexCult: Revista Eletrônica de Direito e Humanidades**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 8-38, jan. 2024. ISSN 2594-8261.

RUDNICKI, D.; PROENÇA, A. C. L. A sexualidade no sistema prisional: visita íntima no Presídio Central de Porto Alegre. **Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição**, v. 6, n. 1, p. 62-78, 2020.

SAMPAIO, G. S. **O impacto do uso de uma plataforma de e-turismo na identificação e manutenção de uma identidade social do bairro da Várzea**. Trabalho de Conclusão de Curso (Sistemas de Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SILVA FILHO, A. C.; BASSALO, L. M. B. Mapeando conhecimentos e realizando etnografias: gênero, sexualidade, educação e cibercultura em perspectiva multidisciplinar. **Diversidade e Educação**, v. 12, n. 1, p. 854-879, 2024. <https://doi.org/10.14295/de.v12i1.17361>.

SILVA, S. S. **Resgatando conflitos relativos à sexualidade dos clientes portadores de coronariopatias**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica, Ribeirão Preto: USP, 2007.

SPAZIANI, R. B.; MAIA, A. C. B. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Revista Psicopedagógica**, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015.

TAKAHASHI, B. T.; LORENCINI JÚNIOR, A. A identidade social docente na formação inicial de professores de Ciências. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 3, p. 1103-1115, set./dez. 2019.

VIEIRA, Patricio De Albuquerque et al.. **Educação e prostituição: encontro ou desencontro?**. Anais do V CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/108156>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

VIEIRA, P. A.; COSTA, H. A. L. “No meio do caminho tinha uma pedra”: relato de uma prostituta sobre o não acesso à Universidade. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV196_MD1_ID6_TB369_09062024171237.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Care of girls and women living with female genital mutilation: a clinical handbook**. Geneva: WHO, 2018.